

Urna eletrônica revolucionou costumes no Brasil, diz Gilmar Mendes

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Gilmar Mendes, afirmou nessa terça-feira (27/9) que a adoção da urna eletrônica significou não só uma revolução tecnológica, mas, principalmente, uma revolução de costumes.

Nelson Jr./SCO/STF



Gilmar também alertou para os perigos que a tecnologia traz para a privacidade.
Nelson Jr./SCO/STF

“Banimos o mapismo, ou seja, as fraudes eleitorais que ocorriam com a manipulação de votos”, ressaltou. O ministro participou da abertura do *II Congresso Internacional de Direito Digital*, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista.

Gilmar destacou que, no mundo digital, os fatos andam sempre à frente do Direito de maneira revolucionária, o que obriga seus operadores a encontrar meios de vivenciar esta realidade. Como exemplo disso, ele citou os processos que decorrem de avanços tecnológicos. No caso da urna eletrônica, o passo seguinte foi a adoção da biometria, que, por sua vez, irá permitir em a adoção do Registro Civil Nacional (RCN), a partir de informações constantes do banco de dados da Justiça Eleitoral.

O ministro também destacou os avanços obtidos com o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todos os tribunais, especialmente no STF, onde os magistrados costumam receber 10 mil processos por ano.

Além disso, Gilmar afirmou que, graças à tecnologia, a Justiça Eleitoral está conseguindo fiscalizar com mais rigor e efetividade a arrecadação e gastos de campanhas informados pelos candidatos e partidos. A partir do cruzamento das informações com outros banco de dados de órgãos públicos como o Tribunal de Contas da União e a Receita Federal, está sendo possível identificar indícios de irregularidades como doações utilizando CPF de mortos e de cidadãos sem capacidade econômica para doar, como foi o caso dos beneficiários do programa Bolsa Família.

Mesmo assim, ele ressaltou que a tecnologia também tem seus pontos negativos, como a invasão da privacidade. “A Justiça Eleitoral deve muito à tecnologia e ao advento da urna. Claro que ela [tecnologia] também traz problemas. Por exemplo, a questão da privacidade. Os *cookies* vão deixando nossos rastros na navegação, identificando nossos gostos e até nossos vícios e perversões”, disse Gilmar,

soltando uma risada. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TSE.*

Date Created

28/09/2016